



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO-CEDUC
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ALÉCIA CARLA DANTAS

**CONCEPÇÃO DE EDUCADORES ACERCA DO PROCESSO DE
ALFABETIZAÇÃO EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE CAMPINA
GRANDE/PB**

**CAMPINA GRANDE/PB
Dezembro/2019**

ALÉCIA CARLA DANTAS

**CONCEPÇÃO DE EDUCADORES ACERCA DO PROCESSO DE
ALFABETIZAÇÃO EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE CAMPINA
GRANDE/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. WANDERLEIA FARIAS SANTOS.

**CAMPINA GRANDE/PB
Dezembro/2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

D192c Dantas, Alecia Carla.
Concepção de educadores acerca do processo de alfabetização em uma escola pública municipal de Campina Grande/PB [manuscrito] / Alecia Carla Dantas. - 2019.
35 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2019.
"Orientação : Profa. Dra. Wanderleia Farias Santos ,
Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."
1. Alfabetização. 2. Aprendizagem. 3. Didática. 4.
Processo de ensino. I. Título

21. ed. CDD 371.3

ALÉCIA CARLA DANTAS

**CONCEPÇÃO DE EDUCADORES ACERCA DO PROCESSO DE
ALFABETIZAÇÃO EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE CAMPINA
GRANDE/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a/ao Coordenação
/Departamento do Curso Licenciatura em
Pedagogia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciatura em
Pedagogia.

Aprovada em: 10/12/2019.

BANCA EXAMINADORA

Wanderleia Farias Santos

Prof. Dr. Wanderleia Farias Santos (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Mary Delane G. de Santana

Prof. Me. Mary Delane Gomes de Santana
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Francisca Pereira Salvino

Profa. Dra. Francisca Pereira Salvino
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

À minha avó, Severina Raquel, ao meu guerreiro pai, Manoel Messias, e à minha mãe Maria de Lourdes, pela dedicação, companheirismo e educação, DEDICO.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda.”
Paulo Freire

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	A HISTORICIDADE DA EDUCAÇÃO E SEUS PRESSUPOSTOS DEFENDIDOS AO LONGO DO TEMPO.....	8
3.	RESSIGNIFICANDO O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	13
3.1	A CONJECTURA DO FRACASSO DO ENSINO FOCADA NO APRENDIZ.....	22
4	METODOLOGIA	24
4.1	CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DA PESQUISA.....	25
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	27
6	CONCLUSÃO	32
	REFERÊNCIAS	33
	APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO.....	35

CONCEPÇÃO DE EDUCADORES ACERCA DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE/PB

Alécia Carla Dantas*

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade apresentar os resultados de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, a qual objetiva investigar qual a concepção de educadores sobre a alfabetização em uma escola Municipal na cidade de Campina Grande/PB. Para tanto, utilizamos como instrumento metodológico o questionário aberto, tendo como público alvo pedagogas que atuam na referida escola. Constatamos que a maioria das educadoras participantes da pesquisa compreende a alfabetização como um processo de ensino e aprendizagem, no qual se deve focar na aprendizagem do sujeito e como ele aprende, buscando adequar sua prática docente as necessidades de cada educando. Para elas o método de alfabetização mais adequado é aquele que leve a criança a se apropriar do conhecimento, destacam que a alfabetização vai além do ensino da leitura e da escrita, pois elas em sua maioria afirmam ser necessário instigar os alunos a verem o mundo, por meio da ação docente. Conclui-se que algumas educadoras consideram importante o letramento na medida em que enfatiza a ação de ensinar o aluno a interpretar o mundo em sua volta, ou seja, elas têm como concepção que alfabetizar é ir além de fazer com que o aluno se aproprie do sistema de escrita alfabética. Assim, a concepção sobre como se ensina influencia diretamente na aprendizagem das crianças, por essa razão é por meio de um ensino sistemático que os alunos conseguem ser alfabetizado, independentemente de métodos para alfabetizar, o ideal é que se alfabetize Letrando. Referendamo-nos teoricamente em autores a exemplo de Soares (2010), Morais (2012), Moll (2009), Mortatti (2010), Mendonça e Mendonça (2008) entre outros.

Palavras-chave: Alfabetização. Processo. Ensino. Aprendizagem

ABSTRACT

This article aims to present the results of a qualitative exploratory research, which aims to investigate the conception of educators about literacy in a municipal school in the city of Campina Grande / PB. Therefore, we used the open questionnaire as a methodological instrument, targeting educators who work in the school. We found that most educators participating in the research understand literacy as a teaching and learning process, which should focus on the learning of the subject and how he learns, seeking to adapt his teaching practice to the needs of each student. For them the most appropriate method of literacy is that which leads the child to appropriate knowledge, they emphasize that literacy goes beyond the teaching of reading and writing, as they mostly claim that it is necessary to urge students to see the world, through the teaching action. It is concluded that some educators consider

* Aluna de Graduação do curso de licenciatura em pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I. aleciadantas19@gmail.com

literacy important as it emphasizes the action of teaching the student to interpret the world around them, that is, they have the conception that literacy is to go beyond making the student appropriate alphabetic writing system. Thus, the conception of how to teach directly influences the learning of children, so it is through systematic teaching that students can be literate, regardless of methods for literacy, ideally literate. We refer theoretically to authors as an example of Soares (2010), Morais (2012), Moll (2009), Mortatti (2010), Mendonça e Mendonça (2008) among others.

Keywords: Literacy. process. Teaching. Learning

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por finalidade apresentar os resultados de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratória trazendo a seguinte inquietação: Qual a concepção sobre o processo de alfabetização dos educadores frente aos desafios da contemporaneidade? Por conseguinte objetiva investigar qual a concepção de educadores sobre a alfabetização em uma escola Municipal na cidade de Campina Grande/PB.

A alfabetização é um processo no qual seu principal agente é a criança, considerando que na sociedade contemporânea essa fase é a mais apropriada para a alfabetização. O modelo de educação que temos hoje em nossas escolas decorre de inúmeras mudanças sofridas ao longo dos anos no processo de ensino. No atual cenário educativo podemos observar a influência da tecnologia na educação como um todo, ou seja, em suas diferentes etapas. O século XXI é concebido por muitos como a era tecnológica que pode corroborar para o desenvolvimento de diferentes áreas. A educação, por sua vez, também vem sendo afetada pela tecnologia ou como se convencionou chamar pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICS). Como analisa Mortatti e Frade (2014, p. 8), “a alfabetização aumenta o seu leque de aplicações através do acelerado advento de inovações tecnológicas oriundas da revolução digital”. No entanto, em todas as épocas a educação enfrentou e enfrenta muitos entraves com relação ao uso de TICS e podemos ainda hoje afirmar que nos diferentes níveis da educação a leitura e a escrita se fazem presentes e podem ser desenvolvidas com recursos tecnológicos.

Atualmente, no Brasil, o processo de alfabetização deve acontecer durante o ensino fundamental, com duração de nove anos e matrícula obrigatória para todas as crianças com idade entre 6 e 14 anos. Entretanto, para que tal exigência seja concretizada é necessário que o agente precursor deste processo se faça presente, ou seja, o professor com a sua prática pedagógica como sendo uma das principais razões para que a criança seja alfabetizada.

A educação, hoje, no Brasil tem sido pauta de muitos estudos, o ensino tem sido o alvo principal de inúmeras críticas, pois hoje se entende a importância do professor como um facilitador para que os alunos possam apreender os conteúdos ensinados na sala de aula. Os estudiosos da contemporaneidade fazem críticas negativas ao modelo de alfabetização nos quais muitos brasileiros foram alfabetizados. O estudo desenvolvido por Emilia Ferreiro (1985) alcança territórios para além da argentina e traz para a educação um ensino que muitos consideram como sendo de punho construtivista, deste modo, fazendo com que o ensino tradicional seja colocado em discussão no que diz respeito a sua eficácia. Sabemos que existem inúmeros problemas a serem sanados na educação pública do Brasil, mas acreditamos que muito tem sido alcançado com o passar dos anos, embora ainda hoje existam crianças e jovens que progridem nas etapas do ensino fundamental sem estarem devidamente alfabetizadas. Como explicar esses casos diante de tantos estudos desenvolvidos na área da educação? Qual prática os educadores fazem uso no seu trabalho pedagógico na atualidade,

principalmente no que se refere aos anos iniciais de ensino? Como nossas crianças têm sido alfabetizadas? Qual a concepção dos educadores quanto ao processo de alfabetização? Estas são algumas questões a serem refletidas durante este estudo.

O artigo em sua primeira abordagem traz como título A historicidade da educação e seus pressupostos defendidos ao longo do tempo. Nesta seção pretendemos apontar as dificuldades enfrentadas pela classe popular no Brasil para ter acesso à educação, como também trazer ao leitor reflexões a respeito do processo educacional ao longo dos anos no país. Na seção 3 se aborda algumas teorias que estão enraizadas no processo de alfabetização, como também as diferentes concepções sobre os métodos para alfabetizar. Em 3.1 temos os pressupostos que culpabilizam o sujeito pelo fracasso de sua aprendizagem. Por fim temos a metodologia e a discussão em torno da nossa pesquisa.

2 A HISTORICIDADE DA EDUCAÇÃO E SEUS PRESSUPOSTOS DEFENDIDOS AO LONGO DO TEMPO.

Historicamente, no Brasil, a educação em níveis mais elevados se restringiu a um grupo seletivo de pessoas como sendo um paradigma que não deveria ser apreendido por todos. Neste país, a educação passou a ser disseminada com os Jesuítas que se firmou de 1549 a 1759. Eles vieram para o Brasil com a ideia de catequizar os nativos, contudo além de trazerem uma educação religiosa para os povos que habitavam o Brasil acabaram ensinando também aos filhos dos colonos, ainda que para um grupo seletivo. Para Ribeiro (1993, p. 15) “O principal objetivo da Companhia de Jesus era o de recrutar fiéis e servidores. A catequese assegurou a conversão da população indígena à fé católica e sua passividade aos senhores brancos”. Podemos assim, entender que, a partir dos jesuítas, a escola foi se constituindo no território brasileiro. Existem inúmeras críticas relacionadas ao modelo de educação adotado pelos padres Jesuítas, principalmente no ensino religioso, o qual tinha como propósito pacificar os nativos para dominação. Dessa forma,

A educação elementar foi inicialmente formada para os curumins, mais tarde estendeu-se aos filhos dos colonos. Havia também os núcleos missionários no interior das nações indígenas. A educação média era totalmente voltada para os homens da classe dominante, exceto as mulheres e os filhos primogênitos, já que estes últimos cuidariam dos negócios do pai. A educação superior na colônia era exclusivamente para os filhos dos aristocratas que quisessem ingressar na classe sacerdotal; os demais estudariam na Europa, na Universidade de Coimbra. Estes seriam os futuros letrados, os que voltariam ao Brasil para administrá-lo. (RIBEIRO, 1993, p. 15)

Neste sentido, é preciso compreender a história da educação no Brasil para refletir sobre os inúmeros problemas educacionais que foram se constituindo ao longo do tempo e, por tais implicações, ainda hoje a educação contemporânea carrega as marcas de um ensino precário com falta de materiais pedagógicos, formação de qualidade para os professores que perpetua ano após ano. Basta entrarmos nas escolas para observarmos que os alunos rezam o pai nosso que é uma oração tradicionalmente católica, a mesma acontece todos os dias antes do início das aulas em grande parte das escolas brasileiras. Embora o Estado deva ser laico, o ensino de uma determinada religião é presente nas salas de aula nas escolas públicas. Ainda no que diz respeito ao Brasil colônia e a educação que predominava na época, nem todas as pessoas tinham acesso ao privilégio de aprender a ler e a escrever. Conforme Ribeiro,

Da educação estava excluído o povo, e graças à Companhia de Jesus, o Brasil permaneceu, por muito tempo, com uma educação voltada para a formação da elite dirigente. O que nós leva a compreensão de que grande parte da população ficava a margem do rumo do país e os Letrados ficaram no comando de todas as tomadas de

decisões inclusive ditando o que era adequado para cada classe social, tirando da maioria o acesso ao mundo Letrado. (1993, p. 16)

No Brasil a educação vai seguindo pelas mãos dos jesuítas até que um marco histórico modifica tudo que havia acontecido no campo educacional.

Na primeira metade do século XVIII, Portugal era administrado com mão de ferro pelo Marques de Pombal, que fez uma série de reformas educacionais, que repercutiram no Brasil. Tirou o poder educacional da Igreja e colocou-o nas mãos do Estado, criando assim, um ensino pelo e para o Estado”. (RIBEIRO, 1993, p. 16).

Isto se concretizou na expulsão dos jesuítas no ano de 1759, todavia não houve grandes mudanças na educação administrada, a partir de então, pelo Estado. As mudanças não chegam a ser significativas no decorrer dos anos, de modo que os costumes deixados pelos padres da Companhia de Jesus se procedem mesmo com as mudanças de dirigentes sofridas pelo Brasil, ou seja, em sua administração. “O processo de colonização só poderia ser mantido com a ignorância do povo brasileiro”, afirma Moll (2019, p. 13), assim, podemos refletir sobre o descaso que sofreu a educação, pois para que o poder fosse hegemônico a seletividade quanto ao ensino deveria ser perpetuada. Quanto à educação no Brasil no período colonial o qual era administrado pelos jesuítas podemos de acordo com Ribeiro afirmar que foi muito forte na época o modelo por eles passados de tal modo que,

Este tipo de educação em muito se adequava ao momento e sobreviveu todo o período colonial, imperial e republicano, sem sofrer modificações estruturais em suas bases. Tanta foi a influência jesuítica, que, no período colonial media-se a posição social do indivíduo pela quantidade de terras, número de escravos e títulos que o indivíduo recebera dos colégios católicos. Concluímos, então, que este tipo de educação sobreviveu e permaneceu, porque reforçava o sistema sócio-político e econômico da época. (RIBEIRO, 1993, p. 16)

Com a expulsão dos jesuítas a igreja perde o poder totalitário da educação e esta passa a ser responsabilidade do Estado, ocorre por intermédio de Marques de Pombal a instauração das aulas régias, que representa um ensino laico. Porém, mesmo após a expulsão dos jesuítas, em 1759, e a instauração das Aulas Regias, a situação não mudou, pois o ensino continuou enciclopédico, autoritário e disciplinar, abafando a criatividade individual e desenvolvendo a submissão às autoridades e aos modelos antigos. (RIBEIRO, 1993).

Em 1889, começava-se no país uma nova forma de governo intitulado historicamente por alguns autores como sendo a primeira república que se constituiu até o ano de 1930, este período representa concepções distintas no que diz respeito à educação, o que aconteceria neste novo processo deveria ter sido uma ruptura, mas para alguns autores não foi isto que aconteceu, logo:

Por um lado, algumas representações contribuíram para a produção de uma memória reificadora da ação republicana, na qual a Primeira República foi tomada como marco zero, lugar de origem da escolarização elementar e das políticas de institucionalização, disseminação e democratização da educação escolar no Brasil. Por outro lado, nesta luta de representações,¹ algumas análises contribuíram para a afirmação e atualização de uma memória de desalento e decepção causados pelo suposto fracasso e/ou omissão do regime republicano no âmbito educacional – memória que (re) inventa a idéia de uma República que não foi, que não cumpriu suas promessas de extensão de direitos de cidadania, que não se tornou efetivamente uma res publica, uma coisa de todos, com um governo para e por todos; aquela que permanece, ainda hoje, inconclusa, inacabada. (SCHUELER, MAGALDI, 2008, p. 33).

Portanto, o estudo da historicidade da educação pode levar o educador a diferentes concepções sobre o que se tem como modelo educacional nas escolas. É importante ressaltar que a história por sua vez nós traz os pontos positivos e negativos de cada época e só tendo acesso às diferentes memórias históricas é que vamos fazendo as nossas próprias reflexões. Alguns autores acreditam em uma mudança excepcional, ocorrida na educação, a partir do Brasil republicano, contudo Schueler e Magaldi (2008) afirmam que,

A historiografia da educação há muito vem abordando o processo de silenciamento do passado colonial e imperial, a desqualificação e o apagamento produzido pela memória da educação republicana em relação às práticas, ações e iniciativas educacionais e pedagógicas que lhe antecederam”.

Podemos compreender que existe uma necessidade de desqualificação do passado neste novo momento vivido pelo Brasil para passar uma ideia de grandes transformações na educação.

Esquecer a experiência do Império: este era o sentido da invenção republicana. Para realçar o tempo presente e a modernidade de suas propostas, o novo regime apagava os significados políticos e sociais do estabelecimento do princípio da gratuidade da instrução primária, aos cidadãos, na Constituição de 1824, e as suas repercussões nas disputas pelos significados, extensão e limites dos direitos de cidadania¹¹ – disputas que se refletiram na restrição do direito de voto aos analfabetos, transformada em lei pela reforma eleitoral de 1881, que aboliu o voto censitário, mas impôs o critério da alfabetização para o pleno exercício dos direitos políticos, pela primeira vez, no Brasil. Essa norma foi ratificada nos dispositivos da primeira constituição republicana. (SCHUELER, MAGALDI, 2008, p. 37).

Contudo os fatos nos leva a acreditar que por ser um novo regime instaurado os benefícios deveriam se estender a todos os âmbitos. Essa visão utópica não ocorreu na educação que continuou com os costumes adquiridos ao longo dos anos e o ensino se enraizava apenas nas classes dominantes, ou seja, na elite brasileira. Durante o período da primeira república se concretiza um modelo de escola altamente influenciador, que se considerarmos como um ponto positivo deste período muito teve a acrescentar para possíveis transformações na educação. Começava-se então a escola primária experimental paulista, servindo de modelo para as escolas públicas. O fato é que a educação passava-se a ser questionada cada vez com mais rigor, depois da reforma de 1881 que impôs o critério da alfabetização para o exercício do direito do cidadão.

Uma questão valorizada tem sido a da reforma educacional paulista, conduzida por Caetano de Campos, a partir de 1893, sendo freqüente o destaque conferido ao papel modelar que o sistema de ensino público de São Paulo teria assumido, a partir de então, inspirando iniciativas educacionais em outras partes do país. Nessa reforma, em que é assinalada a vinculação essencial entre a adoção de uma nova proposta para a escola primária e a preparação dos professores que nela iriam atuar, a implantação da Escola-Modelo na cidade de São Paulo assume uma importância central, constituindo-se em espaço de observação das práticas escolares que deveriam ser incorporadas pelos futuros mestres nas inúmeras escolas do estado. (SCHUELER, MAGALDI, 2008, p. 42-43).

Deste modo, a educação passa a ser considerada importante, no entanto a compreensão sobre o processo de ensino nas escolas passam a ter divergências no que se refere a sua qualidade. Ao falarmos em educação pública básica é quase que uma hegemonia na opinião popular como sendo um ensino de péssima qualidade com inúmeras falhas, ambientes extremamente precários, professores despreparados, dentre outras opiniões. O fato é que, no Brasil, a educação em âmbito nacional é exaltada nas instituições privadas de ensino. Mas, de

onde vem tantas opiniões negativas, correlacionadas à educação pública? Embora de fato a educação pública tenha suas falhas, que chegam a serem grotescas, elas também acontecem por questões sociais, visto que são em sua maioria as crianças pobres que fazem parte das instituições públicas de ensino no Brasil. Para Moraes,

Costumamos dizer que vivemos, no Brasil, um verdadeiro apartheid educacional, no qual coexistem, sem maiores questionamentos, dois sistemas de ensino: aquele destinado às classes médias e à burguesia e “o outro”, destinado às camadas populares, no qual se passou a aceitar, como natural, que um altíssimo percentual de crianças chegue ao final do primeiro ano sem ter compreendido o funcionamento do sistema alfabético (MORAIS, 2012, p. 23).

Estes são um dos questionamentos que nos levam a estudar a história da educação, assim podemos refletir e desconstruir, dentro da sala de aula, essa visão que coloca todos os educadores como incapazes de fazer a diferença frente aos desafios que, na contemporaneidade, a educação enfrenta. A diferença é um fato visível e histórico, mas não é incapaz de ser mudado por todos que fazem parte do ensino público. Sabemos que a educação significa um perigo para o Estado, pois por meio dela a população se torna ativa, conscientes de seus direitos. Durante o período da primeira república essa idéia se fazia presente de tal modo que,

O governo não se interessava em ampliar a rede secundária, pois a economia não exigia nível médio. A elite, tendo o poder aquisitivo nas mãos, matriculava seus filhos nas escolas particulares, com finalidade de que atingissem o nível superior para serem os futuros administradores do país. Sendo assim, a estrutura educacional não foi alterada neste período (RIBEIRO, 1993, p. 18).

O que nos interessa a partir deste momento é refletir sobre os rumos tomados pela educação no Brasil, principalmente no que se refere ao processo de alfabetização, entender como surgiu a preocupação com a escrita e a leitura da Língua Portuguesa para todos, independentemente de sua classe social. Para tanto, Mortatti (2010) nós traz uma informação de suma importância, afirmando que,

[...] o ensino e a aprendizagem iniciais da leitura e escrita começaram a se tornar objeto de preocupação de administradores públicos e intelectuais da Corte e de algumas províncias brasileiras, especialmente São Paulo. Entretanto, foi somente a partir da primeira década republicana, com as reformas da instrução pública, especialmente a paulista, que as práticas sociais de leitura e a escrita se tornaram práticas escolarizadas, ou seja, ensinadas e aprendidas em espaço público e submetidas à organização metódica, sistemática e intencional, porque consideradas estratégicas para a formação do cidadão e para o desenvolvimento político e social do país, de acordo com os ideais do regime republicano. (MORTATTI, 2010, p. 330).

A alfabetização no Brasil começa a ser de fato institucionalizada no século XX, no qual a educação começa a ser oferecida a população de forma gratuita. Nos anos de 1990 apenas o ensino fundamental era ofertado de forma obrigatória e gratuita e apenas em 2007, toda educação básica passou a ter essa configuração.

Em nosso país, a história da alfabetização tem sua face mais visível na história dos métodos de alfabetização, em torno dos quais, especialmente desde o final do século XIX, vêm-se gerando tensas disputas relacionadas com "antigas" e "novas" explicações para um mesmo problema: a dificuldade de nossas crianças em aprender a ler e a escrever, especialmente na escola pública. (MORTATTI, 2006, p. 1)

A escrita e a leitura passam a ser ensinados pela instituição legalizada pelo governo. Todavia, a educação e em particular a alfabetização precisava ser acessível para os demais, pois, viu-se a necessidade de mão de obra alfabetizada para o mercado e conseqüentemente para o desenvolvimento do país. Nesse contexto, “[...] a educação e, em particular, a alfabetização passaram a integrar políticas e ações dos governos estaduais como áreas estratégicas para a promoção e sustentação do desejado desenvolvimento nacional” (MORTATTI, 2010, p. 330). A escola passa a ser questionada, ou seja, sua eficiência se volta para a comprovação dos alunos, sua aprendizagem com relação á leitura e á escrita, processo de alfabetização. Ainda segundo Mortatti (2010), o ensino da leitura e da escrita são a principal razão para a escola pública ser considerada de qualidade.

Reafirmando o véis aqui mencionado pela educação, podemos refletir sobre a importância da leitura e escrita que, por sua vez, não faziam parte da vida da grande maioria dos cidadãos até meados do século XX. Mas, para que os povos excluídos pudessem produzir riqueza no país à educação era necessária. De acordo com Bordignon e Paim (2017, p.54) “com a universalização da escola, o acesso foi ampliado. O ler e o escrever passaram a ser organizados, estruturados, sistematizados e ensinados por professores nas respectivas instituições” (apud, MORTATTI, 2011). A escola legaliza o ensino sistemático, portanto é necessário estar na escola e cumprir seus ciclos para obtenção de títulos.

Os ciclos foram uma forma de ampliar o tempo para alfabetização de um ano para dois ou três anos, pois instituiu a progressão automática da primeira para a segunda série, período crucial para inúmeras críticas. Foram feitas por intelectuais e educadores a este modelo de currículo, inclusive sobre a ausência de metas e critérios de avaliação para a progressão. Todavia, “[...] a universalização da escola assumiu importante papel como instrumento de modernização e progresso do Estado-Nação, como principal propulsora do esclarecimento das massas iletradas” (MORTATTI, 2006, p. 2). O ensino se justifica neste sentido para dar condições para o sujeito atuar na sociedade, este sujeito que estava à margem da mesma.

A história da educação é essencial para a vida acadêmica do professor, pois por tais conhecimentos o mesmo pode abdicar de certas atitudes em sala de aula, visto que os erros na educação se confirmam em números ano após ano, resultando-se em repetência e insucesso educacional no processo educativo. Quando temos o acesso a acontecimentos passados temos a oportunidade de refletir sobre nossas ações. “[...] ao propor o novo, temos mais consciência do que criticamos nas velhas formas de alfabetizar” (MORAIS, 2012, p. 20). O autor traz a importância de se propor o novo, deixando de lado certa mecanização de ensino. Partindo desse ponto de vista, quando inovamos temos mais compreensão do que estamos desaprovando.

A constituição Federal de 1988 em seu Art. 205 estabelece que, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Podemos assim compreender que á educação não compete apenas à escola, mas a esfera da sociedade como um todo e que, além do trabalho, a educação é compreendida no sentido do exercício da cidadania, fazendo-se uma relação direta com as relações humanas na sociedade.

O ensino no atual contexto brasileiro sofreu modificações ao logo do tempo, que foram e são significativas no ensino público e gratuito. Se antes o ensino era exclusivo para uma classe social denominada por muitos como sendo a classe dominante, no atual cenário vemos um ensino gratuito e obrigatório para as crianças do nosso país. Segundo Moll (2009, p.), alfabetizar-se é condição “*sine qua non*” para permanência no processo de escolarização. No entanto, a história nos mostra um desinteresse político frente à educação como o que ocorreu na ditadura militar, que para muitos representou um retrocesso no ensino. Sabemos que a educação é um direito de todos garantido por lei, mas não basta só estar inserido em

uma instituição de ensino para aprender os conteúdos destinados a determinada faixa etária, é preciso que o aluno aprenda e para que este sujeito se aproprie do conhecimento a escola deve dar condições para ele. Não é uma tarefa fácil possibilitar que o aluno tenha as devidas condições para que se desenvolva cognitivamente, principalmente no âmbito público, pois é preciso políticas públicas que de fato funcionem e que seja atuante nas necessidades dos sujeitos. Se formos olhar historicamente no Brasil nunca foi tarefa fácil ensinar na escola pública pela precariedade das instituições públicas que vem sendo disseminada durante décadas.

Enveredando por este viés o professor e sua prática pedagógica tende a influenciar diretamente na vida dos sujeitos. O ensino não deve ser posto ao aluno sem que haja um sentido para o educando, sem um planejamento por parte do professor, é necessário compreender que para que o aluno aprenda o professor deve saber o que ensinar e como ensinar.

3. RESSIGNIFICANDO O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Podemos compreender que a alfabetização é um processo que perpassa o ensino da escrita e da leitura da língua materna do educando, consiste em ensinar o aluno a ler e a escrever, mas não se restringe apenas a isto, de tal modo que o aluno deve ser capaz de compreender o seu estar no mundo. Por ser indispensável para que o aluno consiga seguir em frente, a educação precisa estar alicerçada com o processo de alfabetização, em outras palavras a educação consiste em passos que o aluno dar para conseguir seguir rumo a uma vida socialmente aceita, para ser letrado e se tornar um cidadão ativo na sociedade, podendo se tornar um sujeito crítico e reflexivo.

A alfabetização escolar – entendida como processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita em língua materna, na fase inicial de escolarização de crianças – é um processo complexo e multifacetado que envolve ações especificamente humanas e, portanto, políticas, caracterizando-se como dever do Estado e direito constitucional do cidadão. (MORTATTI, 2010, p.329)

A alfabetização de acordo com Mortatti (2010) é um processo que envolve ações humanas e que tem os professores como principais condutores deste processo, fazendo de sua prática docente fator fundamental para que possa ocorrer a aprendizagem das crianças. Para Soares (2017, p. 18)

Em seu sentido pleno, o processo de alfabetização deve levar à aprendizagem não de uma mera tradução do oral para o escrito, e deste para aquele, mas à aprendizagem de uma peculiar e muitas vezes idiossincrática relação fonemas-grafemas, de um outro código, que tem, em relação ao código oral, especificidade morfológica e sintática, autonomia de recursos de articulação do texto e estratégias próprias de expressão/compreensão.

Na Base Nacional Comum Curricular- BNCC (2018), temos uma seção a qual se denomina de “O processo de alfabetização”, e o texto que a compõe trata especificamente, sobre concepções acerca deste processo, de tal modo que

Embora, desde que nasce e na Educação Infantil, a criança esteja cercada e participe de diferentes práticas letradas, é nos anos iniciais (1º e 2º anos) do Ensino Fundamental que se espera que ela se alfabetize. Isso significa que a alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica. Nesse processo, é preciso que os estudantes conheçam o alfabeto e a mecânica da escrita/leitura – processos que visam a que

alguém (se) torne alfabetizado, ou seja, consiga codificar e decodificar os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras), o que envolve o desenvolvimento de uma consciência fonológica (dos fonemas do português do Brasil e de sua organização em segmentos sonoros maiores como sílabas e palavras) e o conhecimento do alfabeto do português do Brasil em seus vários formatos (letras imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas), além do estabelecimento de relações grafofônicas entre esses dois sistemas de materialização da língua. (BRASIL, 2018, p. 89-90)

Em síntese a citação denota uma concepção teórica de abordagem Construtivista, na qual se compreende que o sujeito antes de adentrar no processo de ensino sistemático, já teve acesso a diferentes vivências com o mundo letrado. O processo de alfabetização envolve discussões teóricas em torno de seu ensino, Morais (2012) quando se refere ao ensino tradicional afirma,

Segundo tal perspectiva, o aprendiz é uma tábula rasa e adquire novos conhecimentos (sobre o alfabeto) recebendo informações prontas do exterior (explicações sobre as relações entre letras e sons) que, através da repetição do gesto gráfico (cópia) e da memorização (das tais relações entre letra e som), passariam a ser suas. (MORAIS, 2012, p. 27)

Deste modo, segundo o autor, o ensino tradicional e em especial os métodos tradicionais de ensino, consideram o conhecimento subjacentes com uma visão associacionista da aprendizagem, na qual o educador é considerado como “dono do saber” e os aprendizes têm sua aprendizagem baseada em acumulações de informações, não sendo necessárias reflexões nem tampouco construção de sua aprendizagem. (MORAIS, 2012)

Ainda hoje, no século XXI, no ano de 2019, os professores alfabetizadores encontram muitos problemas para ensinar o aluno. A escola, hoje, cumpre um papel que perpassa o ensino sistemático, ela é vista como depósito de alunos e os professores devem educar para além do mundo letrado. Os alunos chegam às salas de aula com uma carga de seu cotidiano no qual muitas vezes o levam a serem agressivos e não conhecem a empatia e o respeito ao próximo, carregados de carência em todos os âmbitos seja afetivo seja material, muitos faltam o básico a comida em casa que é essencial para a sobrevivência de todo ser vivo.

Como educar então em uma instituição onde o professor não tem o básico para que possa desenvolver um bom trabalho? Como ensinar os alunos a ler o mundo? Como encontrar a melhor metodologia que venha atender os diferentes sujeitos que ali na sala de aula esperam encontrar um sentido para tudo aquilo que os rodeiam? Todos esses enfoques recaem sobre o processo de alfabetização e conseqüentemente resulta em insucessos educacionais quando não são solucionados. “Num sistema escolar tão excludente como o brasileiro, o fracasso na série de alfabetização, isto é, logo no primeiro ano do ensino fundamental, tornou-se a principal marca de ineficiência de nossa escola” (MORAIS, 2012, p.21). O autor faz uma crítica à escola de tal modo que a considera como excludente, se considerarmos esta capacidade de exclusão nossa discussão em torno da escola se agrava.

A discussão em torno da exclusão na escola vem repercutindo em estudos de alguns autores. Para Moll (2009) a exclusão da escola é um fato que atinge a todos que a ela não tem acesso, ocasionado pela falta de políticas públicas principalmente no que se refere ao ensino fundamental anos iniciais, que aqui é nosso foco de estudo. A autora nos conduz a uma compreensão na qual as camadas populares são os excluídos da escola e sendo assim os índices de analfabetos no Brasil recaem sobre as mesmas.

Costumamos dizer que vivemos, no Brasil, um verdadeiro apartheid educacional, no qual coexistem, sem maiores questionamentos, dois sistemas de ensino: aquele destinado às classes médias e à burguesia e “o outro”, destinado às camadas populares, no qual se passou a aceitar, como natural, que um altíssimo percentual de

crianças chegue ao final do primeiro ano sem ter compreendido o funcionamento do sistema alfabético. (MORAIS, 2012, p.23)

Deste modo, a escola passa a ser excludente com os alunos que nela conseguem adentrar, na medida em que esses alunos têm a sua aprendizagem defasada e conseqüentemente são reprovados e por vezes essa repetência leva o educando a evasão do sistema educacional, tornando-se um adulto analfabeto. “A saída extemporânea da escola, já na 1ª série do ensino de 1º grau, é o momento mais forte da seletividade escolar”. (MOLL, 2009, p. 35). Ao chegarmos neste ponto de reflexão diante de todos os apontamentos já mencionados, temos a compreensão do quanto às classes populares sofrem com a falta de acesso a educação. Portanto, perpetua a exclusão desses cidadãos à educação.

[...] com a chegada da organização escolar em ciclos, a qual deveria garantir um ensino ajustado para os alunos que precisam de mais ajuda, o que temos visto é uma ampliação da aceitação das diferenças: muitos educadores passaram a achar não só natural que uma alta percentagem de alunos das redes públicas conclua o primeiro ano sem estar compreendendo a escrita alfabética, como também que o processo de alfabetização pode “se arrastar”, sem que as crianças cheguem ao final do terceiro ano do ensino fundamental com um domínio das correspondências grafema-fonema de nossa língua, que lhes permita ler e escrever pequenos textos com autonomia. (MORAIS, 2012, p. 23).

Com esta afirmação a alfabetização passa a não ser o foco dos educadores diante de um novo sistema instaurado em ciclos, os mesmos passam a não se preocupar com a aprendizagem e o domínio da leitura e da escrita ainda no primeiro ano, pois entendem que se pode prolongar para os anos seguintes. Na contemporaneidade por vezes os profissionais da educação no âmbito educacional não abarcam a responsabilidade do aluno que não sabe ler nem escrever e que chegam à sua sala de aula com tais necessidades de leitura e escrita, se o aluno chega ao terceiro ano do ensino fundamental sem compreender a escrita alfabética dificilmente o professor irá se preocupar em atender aquele aluno, pois se entende que não é de sua responsabilidade visto que, o professor que lhe antecedeu deveria ter desempenhado a sua função, segue um jogo de “ping pong” no qual o único prejudicado é o aluno.

É necessário compreender que a educação ao longo dos anos foi concebida as classes populares em dosagem, dizemos dosagem, pois compreendemos que a mesma não foi de forma igualitária para todos. Oferecendo o mínimo possível as pessoas carentes com o objetivo prévio de fomentar a economia do país, mas continuar controlando a precariedade da educação para a classe popular.

Sabemos que ser professor da educação básica nos anos iniciais é uma tarefa desafiadora em todas as épocas educacionais no Brasil, o que entendemos hoje como pedagogia se baseia em diferentes concepções de ensino que se constituíram ao longo dos anos, ou ainda de acordo com Moll (2009, p.59) “Comenius deu origem à pedagogia propriamente dita e iniciou o longo caminho que se tem seguido para definir um método eficaz de alfabetizar”. No contexto educacional do Brasil a preocupação com o processo de alfabetização surge por questões políticas e econômicas como veremos no decorrer do texto.

Se alguns anos atrás a alfabetização tinha como base o ensino tradicional voltado à memorização, a cartilha que não respeitava as diferenças regionais do nosso país, hoje o aluno e professor tem a liberdade de construir o conhecimento juntos. O processo de alfabetização se volta para a criança, desenvolvendo-se assim diferentes estudos sobre sua construção como ser biológico e seus aspectos cognitivos passam a ser partes importantes dentro do processo de alfabetização. Devemos frisar o quanto a educação se tornou pauta de inúmeros estudiosos e este feito se deve pela urgência de mudanças em seus métodos de ensino. No que diz respeito à leitura como parte integrante da alfabetização,

Os estudiosos do tema distinguem três conceitos: aprender a ler, ler e compreender. Aprender a ler refere-se às etapas iniciais de aprendizagem do código, e inclui, também, as fases imediatamente posteriores, especialmente a capacidade de reconhecimento automático de palavras e o desenvolvimento da fluência de leitura. Ler refere-se à capacidade de extrair o som e pronunciar a palavra, isolada ou em frases. (OLIVEIRA, 2010, p. 671)

A alfabetização pode ser compreendida como um processo no qual o aluno deve se apropriar da escrita alfabética, ou seja, aprender a ler e escrever, “[...] se a alfabetização é uma parte constituinte da prática da leitura e da escrita, ela tem uma especificidade, que não pode ser desprezada”. (SOARES, 2003, p. 16). Há neste momento uma preocupação com a especificidade da alfabetização a inquietude da autora citada acima se constitui na medida em que os educadores começam a entender que a alfabetização não precisa ser sistematizada, para aflição dos especialistas em educação. Morais (2012) defende que para o ensino na etapa de alfabetização é necessário o estabelecimento de metodologias de alfabetização, de tal modo que reafirma a ideia de propostas didáticas para o ensino da escrita alfabética negando, pois uma alfabetização sem o ensino sistemático e planejado. Com tais concepções o autor demonstra que existe sim uma preocupação dos estudiosos em torno do processo de alfabetização, principalmente com a inserção de novas ciências na educação básica buscando contribuir com o ensino nesta etapa da vida escolar do aluno, como é o caso da psicologia.

Assim a alfabetização requer uma metodologia própria, os estudos de Emília Ferreiro repercutiram no Brasil, de modo a constituir um novo modelo de ensino no qual muitos denominam de construtivismos (MORAIS, 2012), ela também é responsável pelo modelo epistemológico da aquisição da língua escrita denominada de psicogênese da língua escrita em parceria com Ana Teberosky. “A análise epistemológica construtivista leva ao redimensionamento das concepções acerca do modo pelo qual o sujeito se apropria do sistema de representação escrita.” (MOLL, 2009, p. 113). Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1979), ambas são responsáveis por influenciar a alfabetização no que diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem da língua escrita no Brasil.

[...] iniciaram em 1974 uma investigação, partindo da concepção de que a aquisição do conhecimento se baseia na atividade do sujeito em interação com o objeto de conhecimento e demonstraram que a criança, já antes de chegar à escola, tem ideias e faz hipóteses sobre o código escrito, descrevendo os estágios linguísticos que percorre até a aquisição da leitura e da escrita. (MENDONÇA, MENDONÇA, 2008, p. 41)

É notória a dicotomia que passa a existir na educação a partir do momento em que os estudos das psicolinguísticas argentinas chegam ao Brasil. “Nesse tempo, vem abalando as crenças e os fundamentos da alfabetização tradicional, mudando drasticamente a linha de ensino das escolas e levando os professores a um grande conflito metodológico.” (MENDONÇA, MENDONÇA, 2008, p.47). No entanto conforme são apresentados os benefícios de tais estudos para a educação e preferencialmente para a alfabetização, começa a existir equívocos por parte dos educadores em relação ao que se constitui como um novo modelo de ensino. O fato é que Ferreiro e Teberosky (1979) trazem pesquisas epistemológicas de como as crianças se apropriam da língua escrita.

Esses estudos seguem uma delimitação que podem ser descritas a seguir,

Portanto, a psicogênese da língua escrita descreve como o aprendiz se apropria dos conceitos e das habilidades de ler e escrever, mostrando que a aquisição desses atos linguísticos segue um percurso semelhante àquele que a humanidade percorreu até chegar ao sistema alfabético, ou seja, o aluno, na fase pré - silábica do caminho que

percorre até alfabetizar-se, ignora que a palavra escrita representa a palavra falada, e desconhece como essa representação se processa. Precisa então responder a duas questões: o que a escrita representa e o modo de construção dessa representação. (MENDONÇA, MENDONÇA, 2008, p.45)

Para nosso estudo a psicogênese da língua escrita tem grande relevância, pois entendemos ser necessário compreender como centro do processo de alfabetização o sujeito, ou seja, o aprendiz, concordamos com as pesquisadoras Ferreiro e Teberosky principalmente no que se refere a preocupação em entender como o sujeito aprende e conseqüentemente como ele se apropria do conhecimento. Para tanto nossas reflexões seguem embasadas no viés de Mendonça e Mendonça (2008) quando se debruçam para melhor explicar os estudos apresentados pela psicogênese da Língua escrita, como também faremos aderência a análise de Morais (2012) sobre tal teoria.

Para Morais (2012) a psicogênese da língua escrita revela importantes considerações, estas são apontadas pelo o autor e se classificam em dois pontos que considera sendo essenciais para o entendimento do alfabetizando em aprender não um código, mas, sim um sistema notacional. O primeiro quando a teoria se refere ao aprendiz o qual para o mesmo as regras do funcionamento do sistema de escrita alfabética não estão prontas em sua mente, assim sendo de início o educando não compreende como as letras de fato funcionam e sua visão é totalmente diferente da dos adultos já alfabetizados.

Este sim nós parece ser um ponto importante a ser apresentado aos educadores da contemporaneidade, pois aqui se leva em consideração a importância de ter cautela na fase inicial do processo de alfabetização. “[...] ao revisarmos as etapas pré-silábica e silábica da teoria da psicogênese, não faz sentido, para a maioria dos aprendizes, numa etapa inicial, ficar pronunciando fonemas isolados e repetindo a leitura de sílabas ou de palavras que comecem com aqueles fonemas.” (MORAIS, 2012, p.48).

Outro ponto que o autor considera como sendo de suma importância ao analisar os estudos de Ferreiro e Teberosky (1979) respectivamente, é que a internalização das regras e convenções do alfabeto não é algo que acontece repentinamente, ou seja, Morais usa a expressão dá noite para o dia, nem tampouco por uma mera acumulação de informações transmitida pela instituição escolar. A teoria designa etapas que o aprendiz fará para ser alfabetizado, de modo que classifica em Nível pré-silábico, silábico e nível alfabético.

Para Mendonça e Mendonça analisando a teoria da psicogênese da língua Escrita no que se refere à fase pré-silábica (2008, p.45) “[...] em um primeiro momento, o aprendiz pensa que pode escrever com desenhos, rabiscos, letras ou outros sinais gráficos, imaginando que a palavra assim inscrita representa a coisa a que se refere”. A criança desta forma, ainda não compreende a distinção entre o desenho e a escrita, nesta etapa ela busca representar de sua maneira qualquer palavra que possa vim a representar um objeto, estas representações podem variar de criança para criança, outro fator importante que decorre desta etapa é que as crianças não fazem correspondência sonora.

Na fase silábica o aprendiz começa a se apropriar do valor sonoro pela qual se constituem as palavras, as divide em sílabas e já faz relação entre o som e a escrita, nesta fase a mediação do professor é fundamental, pois o aprendiz ao representar a palavra pode colocar apenas um valor sonoro para cada sílaba, o interessante é notar sua evolução ao começar a fazer a relação sonora da fala com a escrita. “Assim, a passagem para o *nível silábico* é feita com atividades de vinculação do discurso oral com o texto escrito, da palavra escrita com a palavra falada.” (MENDONÇA, MENDONÇA, 2008, p. 46, grifo do autor). A criança nesta fase passa a analisar cada sílaba e desta forma compreende que em cada sílaba pode existir mais de um valor sonoro. O aprendiz ao adentrar no nível alfabético, nesta fase ele, compreende que deve existir correspondência absoluta entre as palavras escritas e sua sonoridade, ou seja, entre letras e sons. (MENDONÇA, MENDONÇA, 2008). No entanto

esta fase não é tão simples e os alunos encontram muitas dificuldades, pois já estão familiarizados em fazer relação entre letra e som.

O domínio da escrita alfabética, portanto, implica não só o conhecimento e o uso `cuidadoso` dos valores sonoros que cada letra pode assumir, no processo de notação, mas o desenvolvimento de automatismos e agilidades nos processos de `tradução do oral em escrito` (no ato de escrever) e de `tradução do escrito em oral` (no ato de ler). (MORAIS, 2012, p.66)

Podemos assim compreender a complexidade do ensino da língua escrita que estar intercalado com o processo de alfabetização. Perante as especificidades que exige tal processo os professores enfrentam muitas dificuldades para alfabetizar as crianças no nosso país. Estas dificuldades, porém podem ser constatadas na medida em que vemos crianças que concluem a primeira etapa do ensino fundamental sem estarem alfabetizadas.

Começa-se então uma discussão em torno do método de alfabetização, pois se alfabetizar consiste em ensinar o aluno a ler e escrever, o meio pelo qual se ensina tende a influenciar diretamente na aprendizagem das crianças, deste modo, no Brasil as discussões em volta do método de ensino se tornou frequente. Para tanto alguns autores vão delimitando o que é, ou foi considerado como tradicional e o que se pretende denominar de novos métodos de ensino. “[...] na questão dos métodos de ensino da leitura e escrita, e muitas foram às disputas entre os que se consideravam portadores de um novo e revolucionário método de alfabetização e aqueles que continuavam a defender os métodos considerados antigos e tradicionais” (MORTATTI, 2010, p.3).

Para que o novo seja aceito o que tínhamos de modelo para introduzir o processo de alfabetização nas crianças teve que ser considerado antiquado, de fato a metodologia aplicada nas salas de aula de ensino não conduzia o aluno a se torna um ser reflexivo, mas o condicionava a memorização das palavras e conseqüentemente a memorização se fazia presente nas demais disciplinas como a matemática na qual o aluno tinha como obrigação decorar toda a tabuada caso contrário, sofreria punições. É necessário compreender que não existe uma formula perfeita para alfabetizar o sujeito, pois cada um possui suas peculiaridades, dotado de subjetividade para que o sujeito se aproprie do conhecimento. Desta forma, cabe ao professor/professora perceber que cada um aprende no seu tempo, uns com mais facilidade e outros com mais dificuldades, porém todos sem exceção são capazes de aprender.

Moraís (2012) apresenta uma reflexão relevante para que possamos compreender como se constituiu o processo de alfabetização dentro da escola. O fato é que ele traz uma reflexão sobre uma desinvenção da alfabetização.

Este nos parece um fenômeno bem brasileiro: desinventamos o ensino da escrita alfabética, criamos certa ditadura do texto (segundo a qual seria proibido trabalhar com unidades menores, como palavras ou sílabas), como se fosse verdade que a maioria das crianças “descobre”, por conta própria e sem instrução sistemática, como a escrita alfabética funciona e quais são as suas convenções. (MORAIS, 2012, p.25)

Por este véis o autor revela o papel do professor neste processo de alfabetização, a crítica que se faz presente nas palavras do autor se refere a uma proibição do que estava sendo trabalhado pelos professores em sala de aula, pois se cria um novo ensino no qual existe uma compreensão que a criança descobre por si mesma o sistema de escrita alfabética. Partindo desta compreensão na qual a criança não aprende sozinha se evidencia a prática do professor/professora alfabetizador (a), pois a criança necessita de uma mediação do educador de modo que a mesma possa caminhar por meio de um ensino sistemático e específico voltado para o processo de alfabetização. Embora se tenha a ideia de que apenas aqueles alunos

pertencentes a escola pública são os que não conseguem ser alfabetizados, podemos ver insucessos também na rede privada de ensino se o educador não optar por um ensino adequado as especificidades do sujeito . Para Moraes (2012, p. 25) “Mesmo a maioria dos filhos da classe média e da burguesia só se alfabetiza recebendo um ensino específico sobre a escrita alfabética”. Assim, é notória a importância dos professores independentemente da classe social dos alunos, se o profissional não fizer uso de uma prática adequada de ensino voltada para a alfabetização os alunos terão dificuldades para serem alfabetizados.

A alfabetização enfrenta muitas dificuldades no contexto educacional do país, o ensino nos anos iniciais principalmente nos anos destinados a alfabetização do aluno ganha importância para o Estado, pois o mesmo passa a compreender que é necessário que a população aprenda ler e escrever tendo em vista que o país necessita de uma mão de obra com instruções básicas para atuar no mercado, desta forma o número de analfabetos no Brasil não pode continuar crescendo e algumas mudanças no ensino devem ser feitas, pois se o ensino de fato funciona-se não haveria tantas pessoas nas condições de analfabetas no país recai, portanto, para a escola a responsabilidade de mudar seus métodos seu ensino e assim as escolas vão aderindo a uma modernização no processo de alfabetização chamado por muitos de Construtivismo. Os métodos construtivistas ganha às escolas do nosso país e os educadores vão se afirmando como pertencentes a um novo modelo de ensino, baseado na concepção construtivista.

Por trás de qualquer método de ensino e aprendizagem e, mais especificamente, por trás de qualquer método de ensino de alfabetização, existe uma teoria sobre o que é o objeto de conhecimento a ser aprendido - em nosso caso, a escrita alfabética- e sobre como os indivíduos o aprendem. (MORAIS, 2012, p. 27)

Segundo tal perspectiva, a teoria pressupõe o ensino sobre o que ensinar e como ensinar, buscando um foco central para assim desenvolver a prática docente. O ensino de fato não pode ocorrer sem o aluno, ou seja, não há ensino sem aprendizagem ou ainda de acordo com Freire (1993, p. 19) “É que não existe ensinar sem aprender e com isto eu quero dizer mais do que diria se dissesse que o ato de ensinar exige a existência de quem ensina e de quem aprende”. Os professores precisam de seus alunos igualmente os alunos precisam de seus educadores. Fazendo assim deste ato uma ação de mão dupla não sendo, pois possível a existência de um sem o outro.

Alfabetizar neste sentido se torna uma lacuna para os educadores dentro da instituição escolar, diante de tantas discussões sobre o processo de alfabetização. Como alfabetizar? o que é alfabetizar na contemporaneidade. Buscando tais respostas encontramos subsidio na BNCC que apresenta para os educadores soluções para o conceito do que vem a ser alfabetizar. Portanto alfabetizar é,

[...] trabalhar com a apropriação pelo aluno da ortografia do português do Brasil escrito, compreendendo como se dá este processo (longo) de construção de um conjunto de conhecimentos sobre o funcionamento fonológico da língua pelo estudante. Para isso, é preciso conhecer as relações fono-ortográficas, isto é, as relações entre sons (fonemas) do português oral do Brasil em suas variedades e as letras (grafemas) do português brasileiro escrito. (BRASIL, 2018, P. 90)

Para nos refletindo sobre a posição adquirida na citação acima, a autonomia do sujeito é uma ação para apropriar-se do conhecimento. Apropriar-se então é uma evolução da autonomia do sujeito.

Os grandes protagonistas do fracasso escolar vão se configurando nos métodos tradicionais de ensino e com isto ganham força as discussões no que se refere a alfabetização, de tal modo que ocasiona denominações diversas quanto ao modelo de ensino dos

professores. No que se refere aos métodos tradicionais de ensino da escrita e da leitura decorrem inúmeras críticas as quais podemos destacar a seguinte:

A aprendizagem é vista como um processo de simples acumulação das informações recebidas do exterior, sem que o sujeito precisasse, em sua mente, reconstruir esquemas ou modos de pensar, para poder compreender os conteúdos (sobre letras e sons) que alguém (a escola, a professora) estava lhe transmitindo. (MORAIS, 2012, p.27)

O autor destaca um fator fundamental, o qual não leva o aluno a construção de sua aprendizagem, de tal modo que se sobressai um teor crítico na forma como este ensino tradicional vem a coibir o aluno de construir seus próprios esquemas em torno do conhecimento posto a ele, conhecimento este que se trabalhado da maneira correta leva o aluno a construção de sua aprendizagem. Na medida em que adentramos nas concepções agregadas ao ensino tradicional, entendemos hoje os malefícios embutidos neste ensino, principalmente quando olhamos para o sujeito e sua autonomia, que não encontra lugar nesta metodologia de ensino. Os textos de Morais (2012) considera que os métodos tradicionais de ensino não acredita nas aprendizagens prévias dos alunos, os educando não fazem parte de sua aprendizagem de modo que os protagonistas são os professores, e cabe aos alunos o papel de meros expectadores de seu próprio desenvolvimento intelectual.

Os métodos tradicionais são aqueles classificados em analíticos e sintéticos. Os analíticos se configuram naqueles métodos no qual o aluno aprende de uma unidade maior a qual se denomina de palavração, sentencição e o método global que nada mais são que o ensino que começa do todo para só assim começar a sua decomposição, levando sempre o aluno a um objetivo que é identificar as sílabas, os grafemas e fonemas. (MORAIS 2012)

Os métodos sintéticos são aqueles que se classificam dentro de um grupo os quais denomina-se de alfabéticos, silábicos e fônicos, partindo-se sempre de unidades menores para chegar a palavras, frases e textos. “Estruturam-se em estratégias relacionadas à percepção auditiva, considerando que é pela correta discriminação dos sons e pela posterior associação do som com seu sinal gráfico (letra) que a criança aprende a ler e escrever” (MOLL, 2009, p.59). Contudo tal método não leva em consideração a capacidade do aluno de construir novas palavras, deixando o aluno limitado a determinadas famílias silábicas previamente planejadas pelo educador (a). Conforme essa classificação dos métodos tradicionais, dois em específicos conquistaram os profissionais da educação brasileira são os métodos silábicos e fônicos.

Os métodos silábicos e fônicos, para Morais (2012) tais métodos tem uma visão adultocêntrica, consideram o funcionamento da criança da mesma forma que os adultos, não havendo, portanto distinção entre a forma de compreensão de ambos. Tais métodos persistem ainda hoje na concepção de muitos educadores do que são métodos de ensino no processo de alfabetização, podemos assim dizer que para o educador (a) é uma tarefa difícil deixar de alfabetizar seus alunos pelo mesmo método que foi alfabetizado, pois eles já conhecem o caminho que se deve seguir. No entanto este caminho pode haver inúmeros percalços que chegam a prejudicar a aprendizagem dos alunos.

Diante deste fato é que surgem as preocupações em torno do método tradicional de ensino da escrita e da leitura. Para Moll (2009) É recorrente a ideia de que, para se obter sucesso no processo da língua escrita se deve fazer a opção pelo melhor método. Por este viés os profissionais da educação esquecem que a educação envolve sujeitos os quais cada um possui suas peculiaridades, a escolha de um método não irá atender as diferentes necessidades de aprendizagem que envolve o processo de ensino e aprendizagem com os alunos, desta forma se prender a um método de ensino é caminhar rumo ao fracasso escolar.

Quanto as críticas que envolvem estes métodos tradicionais de ensino Moll (2009, p.59) afirma “A prática pedagógica é associacionista (empirista), apoiada no treino e na

repetição”. Para Morais (2012, p.35) “[...] o individuo aprenderá copiando, copiando, copiando, sem pensar”. Ambos consideram os pontos negativos destes métodos de ensino principalmente quando focam para o sujeito que estar sendo ensinado, pois para os autores tais métodos não levam os alunos a pensarem no que estão fazendo, mas leva-os a serem meros reprodutores de símbolos (palavras) que lhe são impostas. Para que houvessem discussões em torno de como as crianças estão sendo alfabetizadas, houve sem dúvidas insucessos em relação a aprendizagem do sistema alfabético, entrelaçado a isto inúmeros estudiosos buscam um novo modelo de ensino .

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos. (BRASIL, 2018, p. 59)

A BNCC (2018), portanto da ênfase aos dois primeiros anos de ensino correspondente ao ensino fundamental I, para dar maior enfoque ao sistema de escrita alfabética, que como já sabemos faz parte do processo de alfabetização, de modo que se trabalhe com as crianças no viés para QUE se desenvolva habilidades diversas necessárias para a leitura e escrita de textos.

Conforme a BNCC a criança deve adquirir ao longo do processo educacional habilidades e competências. Competência é “[...] mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2008, p. 8). Em concordância com o texto acima compreendemos que tais competências fazem do sujeito um cidadão atuante na sociedade. Para definir as habilidades que se prolongam ao longo do documento o texto apresenta estas habilidades como sendo expressões das aprendizagens fundamentais para assegurar aos alunos os diferentes contextos escolares. (BRASIL, 2018).

Em alguns momentos em nosso texto seja referenciando autores seja por meio de nossas próprias palavras nos referimos ao letramento. Atualmente falar em alfabetização necessariamente é tocar na perspectiva do letramento, isto se deve ao fato do letramento estar intercalado com o processo de alfabetização de tal modo que alguns teóricos carregam em seus textos a ideia de se alfabetizar letrando. “[...] O ideal seria *alfabetizar letrando*, ou seja, ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, *alfabetizado e letrado*” (Soares, 2010, p. 47, grifo do autor). O letramento perpassa por um ensino de leitura crítica assim,

Por isso também é que ensinar não pode ser um puro processo, como tanto tenho dito, de transferência de conhecimento do ensinante ao aprendiz. Transferência mecânica de que resulte a memorização maquinal que já critiquei. Ao estudo crítico corresponde um ensino igualmente crítico que demanda necessariamente uma forma crítica de compreender e de realizar a leitura da palavra e a leitura do mundo, leitura do contexto. (FREIRE, 2001, p. 264)

Soares (2010) em sua obra *Letramento* um tema em três gêneros apresenta concepção de Letramento como sendo “Resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita O estado ou condição que adquire um grupo social ou um individuo como consequência de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais”. (SOARES, 2010, p. 39). Podemos compreender que embora seja preferível que a alfabetização caminhe junto com o letramento pode haver diferenciação entre os termos.

Para Soares existe uma grande diferença entre Letramento e alfabetização de tal modo que:

[...] Um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado; alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; já o indivíduo letrado, o indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita. (SOARES, 2010, p. 40)

Podemos assim reconhecer de forma bem clara a diferença entre o sujeito alfabetizado e o sujeito letrado, a compreensão do letramento para o professor é de suma importância se considerar o quanto que o indivíduo letrado terá uma vida socialmente ativa, interagindo no meio social em que vive, produzindo textos se apropriando de sua escrita aderindo novos conceitos e fazendo assim suas próprias concepções a respeito de variados temas. Enquanto que o sujeito alfabetizado compreende a língua escrita e sua relação com o que falamos, ou seja, a relação entre fonemas e grafemas, mas não faz uso da leitura e da escrita em suas práticas sociais. Por exemplo, compreender a leitura de uma notícia no jornal de modo a fazer relações com o seu cotidiano confrontando ou as afirmando. De forma suscita a autora faz relação de suas concepções sobre o letramento correlacionando com um poema de autoria de Kate M. Chong referenciado em sua obra. Assim, “Letramento é prazer, é lazer, é ler em diferentes e sob diferentes condições, não só na escola, em exercícios de aprendizagem” (SOARES, 2010, P. 42). Em nossa concepção mágico seria alfabetizar letrando.

3.1 A CONJECTURA DO FRACASSO DO ENSINO FOCADA NO APRENDIZ

O sujeito ao nascer já se encontra em uma sociedade composta de regras, significados, crenças e valores. No âmbito familiar, desde muito pequena as crianças vão sendo incluídas no “padrão” contemporâneo. Assim, o sujeito tem por obrigação ter uma crença religiosa, ir à escola, para que um dia possa ter seu salário, contribuir para sua aposentadoria e envelhecer. Porém, os sujeitos de determinadas classes sociais vão ter mais privilégios que outros. Para os sujeitos de diferentes posições sociais, existem diferentes modelos de ensino. Para os de classe média ou classe dominante, como alguns costumam designar, existe investimento no ensino desenvolvido para alcançar a qualidade das escolas privadas, na qual se tem os melhores professores os melhores resultados e a família como alicerce da instituição escolar. Para os sujeitos da classe popular o acesso a educação foi conquistado por meio de muita luta, de tal modo que para se ter acesso foram-se décadas. Os alunos são carentes, a família é omissa e o Estado se preocupa em dar o básico. Negar tais fatos é ter uma visão utópica de educação. É necessário compreender que em todas as épocas o ensino público sofreu pela falta de qualidade e investimentos, os alunos chegam às escolas com muitos sonhos, mas poucos são os professores que conseguem enxergar tais anseios.

Educar não se resume apenas na relação ensinar-aprender. É muito mais além, é acreditar no seu potencial enquanto ser humano, proporcionando um saber essencialmente significativo. E o saber só se torna significativo quando é útil e construído na relação com os demais, podendo deste aprender se projetar algo novo. (RIBEIRO, 2013, p. 25)

Como já mencionamos a educação não é apenas dever da escola é papel também da família, quando uma das partes abre mão de educar o sujeito estão impedindo seus sonhos. Quando a escola rotula a criança de incapaz ela consegue ir excluindo pouco a pouco a criança do ambiente educacional.

Para explicar o fracasso no ensino ocorrem inúmeras narrativas que circundam em torno do aluno de modo que essas ganham força, criando-se assim por vezes uma classificação negativa por parte do professor em relação aos alunos. Desta forma, surgem variados diagnósticos em torno do aprendiz, ou seja, o aluno não aprende não por falta de competência do sistema educacional, mas sim por já ter uma pré-disposição para as dificuldades em sua aprendizagem.

Encaminhar para diagnóstico os alunos que não correspondem às expectativas de rendimento e de comportamentos que vigoram nas escolas é um anseio de professores, técnicos e administradores escolares que um número crescente de psicólogos tem ajudado a realizar. (PATTO, 2000, p. 65)

A autora questiona o fato dos psicólogos ajudarem a dar uma justificativa para não aprendizagem das crianças, justificativa que se oficializa através dos diagnósticos, procurando sempre uma patologia para a criança. Para Patto (2000) é de competência da escola a aprendizagem dos alunos, aponta que a psicopedagogia não deve ser entendida como uma profissão que justifique o fracasso escolar focalizando nas dificuldades do aluno, tampouco ser dentro da escola tratada como facilitadora para os diagnósticos clínicos. Nesta perspectiva, quando a escola se distancia de sua responsabilidade ver na psicopedagogia um meio para justificar o seu insucesso.

A falta de condições financeiras dos alunos também é o foco para que se justifique o fracasso dos mesmos.

Quem já esteve numa escola pública e conversou com professores e técnicos a respeito da repetência sabe que em sua maior parte eles ainda têm uma visão preconceituosa da pobreza, portadores que são de um traço profundo da cultura dominante brasileira: a desqualificação dos pobres. (PATTO, 2000, p. 66).

Nesta perspectiva, a criança não vai se desenvolver por ser pobre, por não ter incentivo familiar e por diferentes razões que vão dando ênfase a sua condição social. Alguns autores ainda denominam as justificativas focadas nas condições sociais do sujeito de Carência Cultural. “A verificação de que os destinatários da seletividade escolar provêm, em sua totalidade, das camadas pobres da população serviu como base para uma forma de análise que ficou usualmente conhecida como Teoria da Carência Cultural ou Teoria da Deficiência Cultural” (MOLL, 2009, p.45). Deste modo o fracasso escolar acontece na medida em que vem a substituir os pressupostos individuais já advindos de outras teorias que focalizam o sujeito como responsável pelo seu insucesso escolar. Moll (2009),

A escola legítima e veicula padrões de comportamento das classes dominantes, submetendo os filhos das classes populares a um processo aculturador no qual seus valores, expressões e atitudes são corrigidos ou até sumariamente substituídos. (2009, p. 47)

No dizer de Brito e Rasia (2017), Leontiev entende que o desenvolvimento da criança se dá por meio dos processos de assimilação e apropriação, que ocorrem através das relações práticas e verbais entre as crianças e as pessoas que as rodeiam. Assim, a aprendizagem da criança não se restringe às suas condições sociais.

A dificuldade de aprendizagem – DA não é uma questão encarada com naturalidade nas escolas e por esta razão por vezes os atores que fazem parte do processo educacional da escola, como gestores e docentes tendem a buscar diferentes hipóteses que venham a justificar o fracasso dos alunos no processo educacional. No que se refere às dificuldades de aprendizagem “por vezes esses estudantes são rotulados de preguiçosos e desinteressados,

pelos educadores” (BRITO, RASIA, 2017, p. 33). Uma das causas muito utilizada para explicar a DA são os fatores orgânicos, a criança carrega com ela biologicamente algo que a impede de aprender, mas também podemos refletir se os professores de fato compreendem o que são as DA. “O insucesso da criança na escola, em sua maioria, é atribuída, por parte das professoras à dificuldade de aprendizagem “(BRITO, RASIA, 2017, p. 34). Não há um fator que explique a DA esta pode ser ocasionada por diferentes motivos. Assim faz-se necessário que o professor compreenda o que vão ser as dificuldades de aprendizagem.

As crianças que não aprendem na escola são consideradas portadoras de déficits mentais, sensoriais ou neurológicos, com problemas de ordem perceptual, motora, lingüística, afetiva ou interlectiva. Não aprender relaciona-se a problemas eminentemente pessoais e, assim sendo, o aluno, em última instância, é responsável pelo fracasso escolar. (MOLL, 2009, p. 39)

O processo de ensino e aprendizagem requer diferentes concepções de ensino, pois o professor deve conhecer diferentes metodologias para que possa atender as diferentes especificidades dos sujeitos e especialmente quando nos referimos a alfabetização. O ensino quando entendido como algo pronto e acabado desqualifica a ação docente, pois quando entendemos que ensinar é repassar apenas conteúdos de forma mecânica deixamos de atender a subjetividade dos sujeitos, e este fato conseqüentemente gera repetência do aluno que resulta em insucessos educacionais.

4 METODOLOGIA

Para dar ênfase aos enfoques de nossa pesquisa compreendemos que seja necessário analisar a seguinte afirmação: “É o processo da pesquisa que qualifica as técnicas e os procedimentos necessários para as respostas que se quer alcançar (GOLDENBERG, 2009, p. 62). Deste modo, todos os procedimentos devem ser conduzidos aos objetivos que se pretende alcançar.

Optamos pela pesquisa de campo, por entendermos ser a mais adequada para a nossa investigação.

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (MARCONI, LAKATOS, 2003, p. 185)

Desta forma, a pesquisa tem abordagem qualitativa e é de natureza exploratória. Esta abordagem permite que o pesquisador analise os dados coletados de forma a fazer suas próprias reflexões. Para André e Gatti (2010, p.3) “A abordagem qualitativa defende uma visão holística dos fenômenos, isto é, que leve em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas”. Assim, nossa pesquisa apresenta aspectos que levam a essa denominação.

Exploratórios – são investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos.” (MARCONI, LAKATOS, 2003, p.188),

Com caráter exploratório nossa pesquisa nós proporciona maior proximidade/familiaridade com nossas inquietações diante do problema e torna-se compatível para a explanação dos nossos objetivos propostos. Para coleta de dados fizemos uso de

questionários, pois entendemos que para nossa análise este instrumento seria o mais apropriado. De acordo com Severino,

QUESTIONÁRIO Conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisadores, com vista a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo. 2007,p. 125, grifo do autor)

Essa técnica utilizada pelo pesquisador na pesquisa lhe possibilita alguns benefícios, os quais para escolha desta técnica. Podemos destacar alguns de acordo Marconi e Lakatos (2003) que enumeram da seguinte forma:

- a) Economiza tempo, viagens e obtém grande número de dados. b) Atinge maior número de pessoas simultaneamente. c) Abrange uma área geográfica mais ampla. d) Economiza pessoal, tanto em adestramento quanto em trabalho de campo. e) Obtém respostas mais rápidas e mais precisas. f) Há maior liberdade nas respostas, em razão do anonimato. g) Há mais segurança, pelo fato de as respostas não serem identificadas. h) Há menos risco de distorção, pela não influência do pesquisador. i) Há mais tempo para responder e em hora mais favorável. j) Há mais uniformidade na avaliação, em virtude da natureza impessoal do instrumento. l) Obtém respostas que materialmente seriam inacessíveis. (MARCONI, LAKATOS, 2003,p. 201)

Portanto tendo conhecimento de tais benefícios nosso questionário foi elaborado de modo a possibilitar que os participantes pudessem ter a liberdade de construir suas próprias reflexões acerca do que lhe foi proposto. A escolha também ocorreu na medida em que pode ser feita a pesquisa sem a presença do entrevistador, com isso não existe apreensão de nenhuma das partes para a conclusão da coleta de dados. Segundo Goldenberg quanto a interferência do pesquisador na pesquisa de punho qualitativa a autora avalia da seguinte forma :

Um dos principais problemas a ser enfrentado na pesquisa qualitativa diz respeito à possível contaminação dos seus resultados em função da personalidade do pesquisador e de seus valores. O pesquisador interfere nas respostas do grupo ou indivíduo que pesquisa. A melhor maneira de controlar esta interferência é tendo consciência de como sua presença afeta o grupo e até que ponto este fato pode ser minimizado ou, inclusive, analisado como dado da pesquisa. (GOLDENBERG, 2009)

A autora supracitada afirma um problema da pesquisa qualitativa, no entanto trás como reflexão o papel do pesquisador, de tal modo que o mesmo deve ter ética em sua pesquisa reavaliando seu comportamento para que não ocorra perca na especificidade da pesquisa científica.

Para a coleta de dados foi escolhido um dia em específico no qual as professoras não estavam exercendo a prática docente, embora estivessem em seu ambiente de trabalho. Este fato se deu pela razão de no mesmo dia contar com a presença de alunas estagiárias em suas salas de aula, o estágio foi de docência, logo, as professoras não lecionaram neste dia. As professoras receberam em mãos o questionário no início da manhã precisamente as 7:30 e só ao final do expediente, ou seja, as 11:20 ocorreu a coleta dos dados. Vale salientar que as mesmas não tiveram a presença do pesquisador no decorrer do processo de preenchimento das informações advindas do instrumento utilizado na pesquisa. Após a coleta dos dados foi utilizado aportes teóricos para subsidiar as discussões em torno da pesquisa, para que possamos confrontar informações ou reafirmá-las dependendo do enfoque que daremos as nossas análises.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

A Escola no Município de Campina Grande – PB. Possui 07 (sete) salas de aula, 01 (um) sala de Atendimento Educacional Especializado, 01 (uma) cozinha, 01 (uma) secretaria, 01 (uma) pátio de área coberta, 04 (quatro) sanitário sendo 01 (um) adaptado a crianças com Necessidade Educacional Especializada, 01 (um) almoxarifado.

Atualmente a escola conta com 329 (trezentos e vinte e nove) alunos efetivamente matriculados nos turnos manhã e tarde, sendo que no turno da manhã temos 01 (uma) turma de Educação Infantil – I, 01 (uma) turma de 1º ano, 01 (uma) turma de 2º ano, 01 (uma) turma de 3º ano, 01 (uma) turma de 4º ano, 01 (uma) turma de 5º e a tarde 01 (uma) turma de Educação Infantil – II, 01 (uma) turma de 1º ano, 01 (uma) turma de 2º ano, 01 (uma) turma de 3º ano, 01 (uma) turma de 4º ano, 01 (uma) turma de 5º.

A escola possui o seu Projeto Político-Pedagógico (PPP), o qual estabelece em seu documento como missão da instituição: Oferecer uma Educação de qualidade, pautada nos princípios de uma democracia participativa, comunitária, cristã e ambiental, tornando-se um espaço cultural de socialização e desenvolvimento do educando, preparando-o para o exercício de sua plena cidadania.

A escola que consegue elaborar e executar, num trabalho cooperativo, seu projeto político-pedagógico dá mostras de maturidade de sua equipe, de bom desenvolvimento profissional de seus professores, da capacidade de liderança da direção e de envolvimento de toda comunidade escolar (LIBANEO, 2001, p. 152-153).

Diante do exposto podemos considerar que a escola a qual fomos a campo para a concretização de nossa pesquisa se encontra organizada no que diz respeito ao estabelecimento de um documento no qual se apresenta a escola como um todo, cuja especificidade deste documento consiste num trabalho coletivo, de modo que todos os agentes pertencentes à instituição façam parte de sua elaboração. É importante frisar que ainda conforme o PPP da referida escola que estabelece como objetivo geral: Formar cidadãos conscientes, participativos, responsáveis e capazes de promover transformações no meio em que vivem desenvolvendo a interação entre si.

A qualidade da Educação será alcançada na medida em que a comunidade escolar se comprometer com suas escolhas, pensando-as de maneira ética, projetadas para superar desafios e ampliar o conhecimento sobre os problemas públicos e sociais vividos pela comunidade escolar. Só assim a escola continuará cumprindo seu importante papel de ser um ambiente de exercício da vida social. (PROJETO... ,2016,p. 14)

Contudo podemos definir que o PPP é um esboço ideal de ensino, mas não se pode deixar no papel as metas e os objetivos, é essencial que faça acontecer na prática o encantamento que nos ocorre quando lemos tal documento.

Optamos por fazer a aplicação do questionário com 6 professoras, as quais correspondem a um total de 50% por cento do quadro de funcionários docente da instituição que são em um total de 12 (doze) . Todas as educadoras da instituição possuem Graduação em Pedagogia, já com relação ao total dos docentes alguns possuem Mestrado.

As professoras participantes da pesquisa possuem em sua totalidade formação Superior, 2 com Pós Graduação, e 01 (uma) doutoranda. As educadoras serão identificadas nesse trabalho da seguinte forma:

Quadro 1 – Identificação das docentes de acordo com o ano que lecionam.

Docentes	Ano que leciona
----------	-----------------

Professora 1	1º ano
Professora 2	2º ano
Professora 3	3º ano
Professora 4	4º ano

Fonte: A autora

O quadro acima será utilizado na seção seguinte para identificação dos sujeitos da pesquisa, mediante as devidas reflexões sobre suas respostas de acordo com as perguntas a elas apresentadas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O instrumento de pesquisa como já mencionado anteriormente foi um questionário, contendo 4 questões diretamente ligadas ao processo de alfabetização de crianças. No primeiro contato com as educadoras, foi explicado o motivo da pesquisa, como também deixamos claro que não era necessário se identificar, assim compreendemos que os sujeitos não teriam resistência para respondê-lo. Segundo Goldenberg (2003, P.62), “cada pesquisador deve estabelecer os procedimentos de coleta de dados que sejam mais adequados para o seu objeto particular”. Nesta perspectiva, toda nossa pesquisa é elaborada em torno de nossas inquietações.

No que se refere à classificação das perguntas, optamos por questões abertas. “[...] também chamadas livres ou não limitadas, são as que permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria e emitir opiniões” (MARCONI, LAKATOS, 2003, p.204). Consideramos importante na construção do nosso instrumento de pesquisa fazer uso das abordagens trazidas por Marconi e Lakatos (2003), quando as autoras se referem à linguagem para ser empregada nas perguntas, de tal modo que devem ser formuladas de maneira clara, objetiva, em linguagem acessível para que possam ser entendidas com facilidade.

O âmbito educacional requer cuidados específicos, ao adentrar na escola vemos um ambiente no qual os sujeitos que dela fazem parte principalmente na parte docente tendem a achar que as pesquisas vão procurar suas falhas ou, então, que vamos julgar suas competências de ensino. Mas, de fato, este não é o nosso foco, pois para se julgar a metodologia de ensino de um profissional é necessária uma pesquisa prolongada com registros diários de sua prática, como também um contato direto com as crianças que fazem parte da metodologia de ensino de tal profissional, pois consequentemente sua prática irá influenciar na aprendizagem dos educandos.

Para nossa pesquisa foi de fundamental importância que os sujeitos fossem pedagogas, pois compreendemos que como tal, independentemente, do ano ou da etapa que leciona pode-se trabalhar com o processo de alfabetização a qualquer momento. As participantes desta pesquisa lecionam na escola campo empírico, sendo uma de educação infantil e as demais do ensino fundamental I, anos iniciais. Desta forma correspondem aos pré-requisitos previamente elaborados para enriquecer nossa pesquisa.

O curso superior em Pedagogia oferece aos graduandos diferentes correntes teóricas que abarcam a educação básica, visto que os profissionais capacitados legalmente para atuar na educação básica são os pedagogos. Assim, as chances de não se ter conhecimento sobre o que venha a ser o processo de alfabetização podemos considerar que são quase que nula. “A pedagogia, portanto, é reflexão sobre a atividade educativa, uma orientação para a prática educativa, uma direção de sentido das práticas de formação humana a partir de objetivos e

valores necessários à humanização das pessoas numa sociedade concreta”. (LIBÂNEO, 2012, p. 38).

Contudo, deixamos claro neste instante que apesar de ser entregue o questionário as professoras uma delas alegou ter esquecido de responder, mas que através da rede social daria devolutiva, o que não ocorreu. Outra Docente não respondeu o questionário e não nos informou a razão de tal posição.

Na pergunta de número 2, sobre qual a concepção das educadoras sobre alfabetização, em sua maioria as educadoras respondem de início que a alfabetização é um processo. Daí por diante as especificidades do que vem a ser este processo se divergem entre si.

A professora 2 (2019) responde a pergunta 2 da seguinte maneira “a alfabetização é um processo na qual inicia desde os primeiros traços e rabisco e da leitura de imagens, e se estende até a compreensão do sistema alfabético. Num sentido mais amplo, a alfabetização consiste no processo que leva em consideração a compreensão do letramento”. Portanto a professora compreende a alfabetização como sendo um processo e nos leva a uma reflexão sobre uma intercalação entre letramento e alfabetização.

A alfabetização em um dado momento pode ser definida exclusivamente para o ensino da leitura e da escrita, assim, “Alfabetização ação de ensinar/aprender a ler e a escrever” (SOARES, 2010, p. 47), na medida em que o letramento consiste em” Letramento: estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita”. (SOARES, 2010, p. 47). Deste modo, compreendemos que a alfabetização não leva a uma compreensão do letramento como afirma a docente, pois são ações distintas, todavia o ideal seria alfabetizar letrando. Soares (2010) afirma que,

Assim, por um lado, é necessário reconhecer que alfabetização – entendida como a aquisição do sistema convencional de escrita – distingue-se de letramento – entendido como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais: distinguem-se tanto em relação aos objetos de conhecimento quanto em relação aos processos cognitivos e linguísticos de aprendizagem e, portanto, também de ensino desses diferentes objetos. (SOARES, 2004, p.97)

Professora 1(2019) ao responder a pergunta 2 tem como concepção que a alfabetização “processo contínuo, avaliativo, qualitativo no processo ensino e aprendizagem”. Quando a professora 1 considera como parte do processo de alfabetização um véis avaliativo, refletimos na ideia de que o educador por vezes tende a avaliar o aluno em sala de aula, o que não julgamos ser uma atitude errônea, todavia não nos agrada quando estes profissionais da educação se apegam apenas a avaliar o aluno. É importante compreender em qual nível o aluno se encontra no processo de alfabetização para intervir, mas sem se deter a caracterizar o sujeito, pois a aprendizagem é subjetiva. Hoje o aluno pode pertencer a uma determinada fase dentro do processo de alfabetização e progredir para outra fase, alias é isto que se espera dos alunos que avancem em sua aprendizagem. “O/a alfabetizador (a) não propriamente *ensina*, mas guia a criança em seu desenvolvimento: processos internos que a levam à formulação de hipóteses e à formação de conceitos sobre um *objeto* de conhecimento com o qual se defronta a língua escrita” (SOARES, 2018, p. 335, grifo do autor).

Quanto à questão de número 3, perguntamos as professora sobre a existência de métodos para se alfabetizar, a professora 2 (2019), revela existir vários métodos para alfabetizar a criança, mas afirma adotar o método fônico, afirmando ser aquele no qual se trabalha pelo som das letras. O Método tradicional de alfabetização é compreendido pela professora 2 como “o método tradicional, inicia o processo partindo das letras, sílabas e depois o texto”. Para ela o construtivismo é um método que se trabalha partindo do texto, ou seja, seria o alfabetizar letrando. É importante ressaltar a importância da formação do

professor para que o mesmo possa desenvolver sua prática em favor da aprendizagem das crianças.

Quando a professora 3 classifica os métodos ela distingue o método fônico dos métodos tradicionais. Como já vimos os métodos tradicionais foram criados há séculos e dentro dos métodos tradicionais se encontra o método fônico. Os métodos tradicionais de alfabetização foram “criados desde a antiguidade, mas, sobretudo, a partir do século XVIII” (MORAIS, 2012, p.27). Assim, quando notamos que a presença dos métodos tradicionais de ensino ainda é presente nas definições de modelo para alfabetizar, refletimos acerca do processo de alfabetização e em como o mesmo ainda permanece em constante conflito na concepção das educadoras. Outra questão a qual podemos fazer uma reflexão é ausência de criticidade da professora diante das questões a ela posta, por ser tratar de questões abertas o informante tem a possibilidade de tomar posição diante do enfoque a ele apresentado, mas isto não ocorre em nenhuma de suas respostas. Para Soares (2018),

[...] a resposta que se pode inferir reverte os termos da expressão *métodos de alfabetização* para **alfabetizar com método**: orientar a criança por meio de procedimentos que, fundamentados em teorias e princípios, estimulem e orientem as operações cognitivas e lingüísticas que progressivamente a conduzam a uma aprendizagem bem-sucedida da leitura e da escrita em uma ortografia alfabética. (2018, p. 333, grifo do autor)

Professora 1(2019) em relação à pergunta 3 sobre a existência de métodos para alfabetizar “ método não porém, o professor deve relacionar a sua prática referências e linhas metodológicas para assim, formar leitores críticos no processo de cidadania”. Diante disso, “[...] não é o método- o modo de ensinar – que determina se o ensino promove ou não processos ativos de aprendizagem” (SOARES, 2018, p. 337).

A professora 4 (2019), responde a questão de número 2 da seguinte forma “temos que ter em mente que o processo de alfabetização vai muito além de aprender a ler e escrever, a criança tem que ser instigada a ver o mundo e saber interpretá-lo”. Assim, considera a alfabetização como sendo um processo que vai além do ensino da leitura e da escrita, de tal modo que a criança deve ser instigada a ver o mundo e saber interpretá-lo. Neste sentido a docente aponta para ação do professor frente a este processo.

A professora 4 dar margem para entendermos seu ponto de vista na perspectiva de uma construção do conhecimento, no qual não deve ser compreendido como algo pronto e acabado, mas deve-se oportunizar a construção de sua aprendizagem a criança. Para Moll (2009, p. 91) apoiando-se na tese construtivista como reconstrução do conhecimento afirma “O conhecimento humano é construído nas relações do sujeito com a realidade. Esse processo é construído pelas interações estabelecidas entre o sujeito e o objeto do conhecimento, portanto entre homem e o mundo”. Para Soares (2003a, p. 17) “Ninguém aprende a ler e a escrever se não aprender relações entre fonemas e grafemas – para codificar e para decodificar. Isso é uma parte específica do processo de aprender a ler e a escrever. Lingüisticamente, ler e escrever é aprender a codificar e a decodificar”.

Quanto a existência de métodos para alfabetizar a professora 4 (2019) declara, “ o método deve ser aquele que faça a criança aprender independentemente de ser tradicional ou construtivista”. A mesma desta forma compreende o sujeito como centro do processo de alfabetização, isto se afirma na medida em que ela não estabelece um método e sim focaliza que independentemente do método que o professor venha a utilizar o importante é que o aluno aprenda. Para entendermos o porquê do método de alfabetização trazer tantos questionamentos e diferentes concepções citamos Soares (2003a, p. 17) quando afirma que “nas concepções anteriores, as alfabetizadoras tinham um método – fosse esse ou aquele – que vinha concretizado na chamada cartilha, acompanhado de um manual do professor (da

alfabetizadora) dizendo detalhadamente o que ela deveria fazer”. Especificamente Soares (2018, p. 331-332) quando se refere aos métodos para alfabetizar enfatiza,

Fundamentos de métodos, quando mencionados, ora se basearam em princípios genéricos da psicologia da criança (percepção, orientação espacial e temporal, desenvolvimento motor, entre outros), ora em características mais superficiais da escrita (a direção da organização dos sons da fala: do fonema, da sílaba, à palavra, à frase, ao texto, ou vice-versa, resultando em propostas antagônicas- métodos sintéticos, métodos analíticos).

O que afirma a professora é uma reflexão em torno de sua prática. Para Freire (2005)

É preciso que fique claro que, por isso mesmo que estamos defendendo a práxis, a teoria do fazer, não estamos propondo nenhuma dicotomia de que resultasse que este fazer se dividisse em uma etapa de reflexão e outra, distante, de ação. Ação e reflexão se dão simultaneamente. (2005, p. 146).

Portanto, a teoria alicerçada a reflexão de sua prática conduz o professor a uma ação que viabiliza a aprendizagem do aluno, concordamos com a professora de que o método para o processo de ensino e aprendizagem da língua escrita não deve ser imposto ao educador, pois é exatamente olhando para a subjetividade do processo de aprendizagem dos alunos que o professor exerce sua autonomia. Mas, a reflexão de sua prática se dá em decorrência da formação docente. O professor deve ter conhecimento de aspectos, cognitivos, lingüísticos e fonológicos para compreender como o sujeito aprende. Aspectos estes que envolve o processo de alfabetização.

A professora 3 (2019) tem como concepção que a alfabetização “possibilita que todos os nossos alunos se tornem leitores e escritores competentes”. Diante desta afirmação a educadora não considera ou ainda não aponta a alfabetização como processo, dando ênfase à competência para a leitura e escrita. “é a aprendizagem do sistema de escrita, aquilo que chamo alfabetização na sua especificidade” (SOARES, 2003a, p21). De fato a alfabetização consiste em ensinar o aluno a ler e escrever, mas especificamente a compreender o sistema de escrita alfabética, no entanto para que isto ocorra é importante que o aluno passe por um processo de evolução, ou seja, se aproprie do funcionamento da língua escrita.

Existe também a falsa inferência de que, se for adotada uma teoria construtivista, não se pode ter método, como se os dois fossem incompatíveis. Ora, absurdo é não ter método na educação. Educação é, por definição, um processo dirigido a objetivos. Só vamos educar os outros se quisermos que eles fiquem diferentes, pois educar é um processo de transformação das pessoas. Se existem objetivos, temos de caminhar para eles e, para isso, temos de saber qual é o melhor caminho. Então, de qualquer teoria educacional tem de derivar um método que dê um caminho ao professor (SOARES, 2003, p. 18)

Assim a autora é objetiva quando se refere a importância de se ter objetivos no ensino, para tanto, compreendemos que as professoras não se detém a um método. Todas se voltam para a importância de adaptar o método para o educando tendo como foco principal a aprendizagem dos alunos.

Quando questionadas sobre as dificuldades que envolvem o processo de alfabetização, Duas educadoras relatam que na maioria das vezes é o descaso dos pais que não acompanham as atividades dos filhos. Professora 4 (2019) afirma ,

Na grande maioria das vezes, é o descaso dos pais, pois muitos não acompanham as atividades dos filhos e, conseqüentemente, não observam suas dificuldades para tentar saná-las. Outra questão bem pertinente, são as salas lotadas e a falta de

investimento do governo. Ambas também identificam como dificuldades a serem enfrentadas são as salas lotadas.

A falta de políticas públicas que venham suprir as dificuldades do ensino público embora tenham em âmbito nacional acontecido, ou seja, temos políticas voltadas ao ensino da escola pública, todavia não são o suficiente para atender as demandas sociais. Fato este que se evidencia na fala das professoras, pois, ninguém melhor que elas como participantes da educação pública para identificar essa ineficiência do Estado. No que diz respeito às políticas públicas Mortatti (2010, p. 329),

Ao longo desses aproximadamente 130 anos de história da alfabetização, em decorrência do que se considerou a nova e a definitiva verdade científica sobre esse processo, pode-se constatar, em determinados momentos, a centralidade atribuída, no âmbito do que hoje denominamos `políticas públicas, a um ou a alguns dos aspectos específicos da alfabetização, tendendo-se a reduzir esse processo a aspectos neutros e meramente técnicos, porque considerados correspondentes à verdade científica comprovada e inquestionável.

Compreendendo a educação e especificamente o processo de alfabetização centralizando-se no método, o governo exima-se da culpa da não aprendizagem das crianças, pois se começa a disseminar a ideia de que a aprendizagem dos alunos depende exclusivamente da prática docente e, conseqüentemente, de como se ensina, embasados para isso em diferentes teorias. Professora 1 (2019) sobre as dificuldades no processo de alfabetização,

Conjuntura nacional nas políticas públicas educacional que deixa a desejar . Existe o projeto que visa medir o prazo, porém o resultado se refaz até a longo prazo. Educação- plantamos sementes, para obter resultados posteriores- teia familiar que não faz acompanhamento da criança gradual. Crianças que demonstram déficit de aprendizagem relacionados à neurociência, porém sem laudos.

A professora 1 em sua resposta traz uma percepção crítica de insatisfação com as políticas voltadas para o processo de alfabetização, na medida em que tais políticas deixam a desejar, podemos observar na fala da professora 1 que há uma insatisfação por parte da docente em relação ao prazo para alfabetizar a criança, pois para ela apesar da existência dos mesmos não há comprimento de tais. Para Soares (2018, p. 341)

[...] a aprendizagem da língua escrita pela criança, [...] é um processo contínuo de desenvolvimento cognitivo e lingüístico que não tem momento definível quer de início, quer de término, como, aliás, pode-se dizer de todas as demais áreas de desenvolvimento e aprendizagem- iniciam-se no nascimento e só terminam na morte, última aprendizagem e momento final do desenvolvimento.

Ressalvamos que na perspectiva da autora supracitada a concepção que os educadores tem a respeito da subjetividade da aprendizagem dos alunos, como sendo um processo que não pode definir seu fim, tal concepção influenciará em sua prática pedagógica refletindo positivamente no processo de ensino e aprendizagem. Para nos é plausível quando as professoras apontam como dificuldade à falta de políticas públicas e conseqüentemente a falta de investimento voltado para a educação, pois devemos refletir sobre a importância da presença do Estado para a educação pública e conseqüentemente para obtenção de êxito dos alunos no processo educacional.

A professora 3, não aponta questões sociais como dificuldades no processo nem tão pouco aponta dificuldades algumas, mas enfatiza que “quando o aluno está em fase de alfabetização, é preciso ele conhecer a estrutura da escrita, sua organização e seus princípios

que contém a relação da escrita e oralidade para que assim possa aprender e desenvolver sua aprendizagem”(2019). Deste modo a professora se restringe as dificuldades que a criança encontra ao se deparar com o sistema de escrita alfabética e não considera nenhum fator externo como dificuldade no decorrer do processo de alfabetização.

Entre as varias discussões em torno da alfabetização uma reflexão acerca de tal processo nos é de suma importância é que possamos compreender que a alfabetização não ocorre por meio de um único método nem tampouco seu êxito, ou seja, a aprendizagem do aluno em ler e escrever ocorrerá progressivamente, é necessário que respeite a subjetividade do sujeito e que a ele seja oportunizado o descobrimento de sua aprendizagem. “Entretanto, voltar para o que já foi superado não significa que estamos avançando. Avançamos quando acumulamos o que aprendemos com o passado, juntando a ele as novidades que o presente traz”(SOARES, 2003a, p. 20).

6 CONCLUSÃO

Neste trabalho analisamos as respostas das educadoras sobre a temática alfabetização, constatamos que a maioria das professoras considera a alfabetização como sendo um processo, no qual se deve centrar o ensino no sujeito. Podemos considerar que diante das respostas das docentes o papel delas em sala de aula é como mediadoras do conhecimento.

A alfabetização se torna um processo na medida em que consideramos que o sujeito se desenvolve mediante sua aproximação com o objeto, ou seja, para que o aluno aprenda, ele precisa ter contato com o mundo letrado. Como também é imprescindível que o educador compreenda e identifique as fases que o sujeito aprendiz se encontra para que o educando avance.

Algumas educadoras consideram importante o letramento na medida em que enfatizam a ação de ensinar o aluno a interpretar o mundo em sua volta. Como já vimos, o letramento e alfabetização apesarem de serem ações distintas, o ideal é que se alfabetize letrando. Desta forma o foco principal é fazer dos alunos seres capazes de identificarem o código escrito, mas sem deixar lacunas em sua aprendizagem para que possam ser capazes de fazer uso da escrita e da leitura nas práticas cotidianas.

Diante do exposto, para exercer a prática docente principalmente nos anos iniciais de ensino a partir do 1º ano é necessário que se compreenda a especificidade do processo de alfabetização. O educador precisa ressignificar constantemente sua prática, a aprendizagem da criança deve ser sempre o foco principal. Ela deve compreender para que a leitura serve e não ficar fazendo copias de texto sem significação. Portanto é preciso ter um ensino sistemático desde a alfabetização. Todavia, aprender a ler é correlacionar sons com letras.

REFERÊNCIAS

- BORDIGNON, Lorita Helena, PAIM, Marilane Maria Wolff. ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL: UM POUCO DE HISTÓRIA. Educação em Debate, Fortaleza, ano 39, nº 74 - jul./dez. 2017.
- BRAGGIO, Silvia Lucia Bigonjal. Leitura e alfabetização da concepção mecanicista à sociopsicolingüística. Porto Alegre: Artmed, 2005. 102 p
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Fundamental. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Básica, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE). Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Diretoria Financeira Coordenação-Geral de Operacionalização do Fundeb e de Acompanhamento e Distribuição da Arrecadação do Salário-Educação. 2009.
- BRASIL. Lei nº 9.424 (1996). Criação do FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Disponível em: <www.planalto.gov.br>, Acesso em 14 de jun 2019.
- BRASIL, Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.
- CANDAU, Vera Maria, a didática em questão. 25.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005.
- FREIRE, Paulo. Carta de Paulo Freire aos professores. São Paulo, Estud. av. vol.15 no.4, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200013> Acesso em : 20 de set. de 2019
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.
- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009. 107 p.
- LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. Educar, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/er/n17/n17a12.pdf>> Acesso em : 24 de set. de 2019.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade; **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. Sao Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Angela Maria Souza. BREVES REFLEXÕES SOBRE AS PRIMEIRAS ESCOLAS NORMAIS NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO, NO SÉCULO XIX. Disponível em < https://hist.edbrnov.o.fe.unicamp.br/pfhistedbr/seminario/seminario8/_files/tsc_angela.pdf > Acesso em: 29 de set. de 2019.

MENDONÇA, Onaide Schwartz. Alfabetização: método sociolinguístico: consciência social, silábica e alfabética em Paulo Freire 2. ed. São Paulo Cortez, 2008. 150 p

MOLL, Jaqueline. ALFABETIZAÇÃO POSSÍVEL: REINVENTADO O ENSINAR E O APRENDER/ Jaqueline Moll. – Porto Alegre: Mediação, 2009. (8. Ed. Ver. E atual.)

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL: CONJECTURAS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS SUJEITOS PRIVADOS. Revista Brasileira de Educação v. 15 n. 44 maio/ago. 2010.

MORTATTI Maria do Rosário Longo, FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva Alfabetização e seus sentidos : o que sabemos, fazemos e queremos? / Maria do Rosário Longo Mortatti, Isabel Cristina Alves da Silva Frade (org.). – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Editora Unesp, 2014. 352p.

MORAIS, Artur Gomes de. Sistema de Escrita Alfabética. São Paulo: Melhoramentos, 2012. 192p.

PATTO, M. H. S. (2000). A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo.

RASIA, Maria da Guia Rodrigues, Brito, Lucicleide de. Compreensão do professor de ensino fundamental I acerca das dificuldades de aprendizagem. in: , Maria da Guia Rodrigues, Rosemary Alves de Melo e Zélia Maria de Arruda Santiago(orgs). Desenvolvimento humano e educação escolar: enfoques teóricos e práticas educacionais. - João Pessoa: Ideia, 2017.

RIBEIRO, Roseane Albuquerque. Tecnologias na educação/ Roseane Albuquerque Ribeiro. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2013.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL: NOTAS PARA UMA REFLEXÃO Paidéia (Ribeirão Preto). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, n. 4, p. 15-30, 1993. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a09.pdf> > Acesso em: 01 de out. de 2019

SAVIANI, Dermeval. POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA: LIMITES E PERSPECTIVAS. Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, n. 24, p. 7-16, junho 2008.

SOARES, Magda. A reinvenção da alfabetização. Presença pedagógica. Belo Horizonte, v. 9, n. 52, jul./ago., p. 15- 21, 2003a.

Soares, Magda. Alfabetização: a questão dos métodos/ Magda Soares.- 1 ed., 2 reimpressão.- São Paulo: Contexto, 2018. 384p.

SOARES, Magda ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: CAMINHOS E DESCAMINHOS
Revista Pátio n.29 fev/abr

SOARES, Magda. LETRAMENTO: UM TEMA EM TRÊS GÊNEROS/ Magda Soares.-
4.ed.-Belo Horizonte: Autenticação Editora, 2010. 128p.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. ed.7. São Paulo: Contexto, 2017. 192

SHUELER, Alessandra Frota Martinez de, MAGALD, Ana Maria Bandeira de Mello
EDUCAÇÃO ESCOLAR NA PRIMEIRA REPÚBLICA: MEMÓRIA, HISTÓRIA E
PERSPECTIVAS DE PESQUISA. Tempo [online]. 2008, vol.13, n.26, pp.32-55. ISSN 1413-
7704. Disponível em:< <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042009000100003>.> Acesso em:
01 de out. de 2019.

VIEIRA, Sofia Lerche.Estrutura e funcionamento da educação básica / Sofia Lerche Vieira . –
2. ed. atual. – Fortaleza : EdUECE, 2015.128 p.

APÊNDICE A – QUESTIONARIO



Questionário direcionado para escrita do TCC.

Aluna: _____

Curso de Pedagogia- UEPB

- **Sra. professora, agradeço imensamente por sua contribuição em meu trabalho de final de curso**

Questões:

1. Qual o ano que você leciona?
2. Qual a sua concepção sobre alfabetização?
3. Existe um método para alfabetizar o aluno? Se sim qual é este método?
4. Quais são as dificuldades que envolvem o processo de alfabetização?